

**PROGRAMA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: análise de ações desenvolvidas no TCE-MT**

**FERNANDA MENDES AMORIM**

**ELISANDRA MARISA ZAMBRA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

**JOSE JACONIAS DA SILVA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

# **PROGRAMA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: análise de ações desenvolvidas no TCE-MT.**

## **INTRODUÇÃO**

O mundo está em constante transformação no que se refere ao meio ambiente. O crescimento econômico dos países é impulsionado pela relação de produção e consumo das pessoas. Para o atendimento das demandas de produção há uma incessante necessidade de obtenção de matéria-prima, a qual é extraída da natureza. Isso, por ser realizado de maneira desenfreada, tem impulsionado a degradação do planeta Terra. Assim, com frequência vivenciamos os efeitos oriundos da má gestão da retirada dos recursos naturais do meio ambiente. Partindo dessa premissa, é essencial garantir um equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais, conforme proposto por Elkington (1994), criador do termo *Triple Bottom Line*.

Historicamente, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, iniciaram-se as mudanças culturais em que a sociedade passou a se sensibilizar e posicionar-se frente às questões ambientais. A partir daí houve maior investimento acerca da visão da proteção ambiental, como quesito para um futuro melhor (NASCIMENTO, 2011). Nos anos de 1990 surgem instrumentos de gestão ambiental com intuito de responder as demandas do mercado, com mínimos danos ambientais e de modo eficiente (BARATA, et al., 2007).

Da mesma forma, é imprescindível que a Administração Pública faça a sua contribuição no que tange as questões socioambientais. Nesse sentido, a sustentabilidade tem sido estudada por diversos pesquisadores, seja no contexto nacional ou internacional, como se observa nas pesquisas de: Ioannou e Serafeim (2019); Po

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As discussões em torno da temática da sustentabilidade surgiram a partir da necessidade de se repensar uma interação fundamental à existência humana, a relação homem/natureza (OLIVEIRA, 2007, p. 1).

Em 1987, o texto do Relatório *Brundtland* (Nosso Futuro Comum), apresentou ao mundo a noção de desenvolvimento sustentável e propôs um conjunto de medidas, tendo em vista a preservação do meio ambiente e a utilização de recursos naturais, o que foi fundamental para o amadurecimento do assunto e estabelecimento de leis e normas com definições de parâmetros ambientais.

Tendo em vista a ligação estreita do consumo e sustentabilidade, constata-se que o Estado, como consumidor expressivo, possui importante atuação com responsabilidade e potencial de propagar a cultura administrativa sustentável (ROCHA et al., 2016). Partindo dessa premissa, Po

instituições delinearem as estratégias de sustentabilidade, a fim de cumprir sua função social com a garantia da preservação do meio ambiente e obtenção de resultados sustentáveis. Para Gomes (2009), essa estratégia parte da necessidade do cumprimento da legislação, assegurando o respeito pelo Meio Ambiente e Sociedade, o que para muitos gestores poderá parecer uma ameaça, uma oportunidade de criação de valor.

Fenker (2012) propõe 3 aspectos estratégicos de sustentabilidade: estratégia ambiental na redução da destruição e aumento da preservação da natureza; estratégia social com maximização do bem-estar social, proporcionando igualmente o atendimento das necessidades humanas; e estratégia econômica com o atendimento das necessidades sociais da humanidade, mas com respeito para com meio ambiente, podendo permitir a continuidade da atividade econômica. Nesta perspectiva, o Governo vem desenvolvendo projetos quanto às estratégias de sustentabilidade como a criação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) por meio do Ministério do Meio Ambiente (OLIVEIRA, 2015).

Por conseguinte, o poder público representa o principal agente do meio ambiente, cabe a ele implementar políticas públicas com este fim, além de dar bons exemplos com a incorporação de ações sustentáveis na Administração Pública. Mas também, cabe a sociedade civil o dever de participar na proteção do meio ambiente e controle da Administração Pública.

Nesse sentido, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) trata-se de um programa criado no Brasil, em 1999, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com intuito de introduzir ações e práticas sustentáveis e promover a conscientização no setor público. A agenda é responsável por uma política socioambiental, com foco em estratégias inovadoras nos fatores de consumo e produção (PEREIRA; BERGIANTE, 2016).

Após dois anos de criação, a A3P se apresentou como um programa de sensibilização dos gestores públicos sobre as questões ambientais. A base para o planejamento da A3P foi a Agenda 21, que evidenciava a importância dos países introduzir a cultura de sustentabilidade. Dessa forma, a A3P insere princípios de gestão socioambiental, relacionados a ações e políticas que protegem o meio ambiente e que garantem a sustentabilidade (PEGORIN et al., 2014).

A criação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no final de 1999, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e oficializada pela Portaria Nº 510/2002, vai ao encontro dos questionamentos expostos anteriormente sobre o número limitado de empresas do setor público certificadas pela ISO 14001. A Agenda pretende instaurar um processo de construção de uma nova cultura institucional na administração pública, visando à conscientização dos servidores para a otimização dos recursos para o combate ao desperdício e para a busca de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho (BARATA et al.; 2007, p. 168).

A A3P foi inicialmente criada como uma ferramenta de gestão, sem caráter de obrigatoriedade legal, mas recomendada aos gestores públicos, incentivando-os à adoção de princípios de gestão ambiental em suas rotinas (VIEGAS et al, 2015). Apesar do caráter voluntário, a A3P possui papel estratégico na revisão dos padrões de produção, consumo e na adoção de novos referenciais na busca da sustentabilidade socioambiental. O programa visa estimular à ética e a autoestima dos servidores públicos, conscientizando-os de sua importância ao exercerem suas atribuições na esfera pública (COGO et al., 2012).

Para atingir a principal proposta da A3P, que é a criação de uma cultura de responsabilidade socioambiental na administração pública, o programa estrutura-se em seis Eixos Temáticos prioritários, fundamentados pela política dos 5 R's, que fazem parte de um processo educativo que tem por objetivo na mudança de hábitos no cotidiano da população: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar (BRASIL, MMA, 2009).

Acrescido a isto, é importante elucidar que o artigo 2º da Portaria do Ministério do Meio Ambiente (Portaria nº 28, de 19 de Fevereiro de 2018), apresenta os conceitos dos Eixos

Temáticos do Programa A3P, da seguinte forma:

- I - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos: utilizar energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, entre outros, de forma racional, para que haja economia dos recursos financeiros, menor desperdício e menor impacto ambiental negativo;
- II - Gestão adequada dos resíduos gerados: adotar a política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), implantar o gerenciamento de resíduos sólidos;
- III - Qualidade de vida no ambiente de trabalho: criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam bem e, conforme cada caso, adotar procedimentos e instalar equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida;
- IV - Sensibilização e capacitação dos servidores: criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã quanto à responsabilidade socioambiental, com a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade e o respeito à vida;
- V - Contratações públicas sustentáveis: adquirir e contratar com critérios de sustentabilidade, e considerar a relação custo/benefício no médio e longo prazos, e não somente o critério de menor preço; e
- VI - Construções sustentáveis: construir e/ou reformar considerando critérios que atendam o conforto térmico e acústico, fazendo uso da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilizar materiais e equipamentos que impliquem em maior economia de energia, entre outros, e produzam pouco ou nenhum impacto ambiental; garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Esses objetivos formam um conjunto de ideais que devem ser seguidos pela equipe gestora da A3P. Deste modo, saber a importância de cada objetivo é imprescindível para uma incorporação saudável. Cada item possui seu papel, para que a organização pública busque por meio desse programa revisar os padrões e adotar uma nova política sustentável, além de dar exemplo as demais instituições públicas, motivando mais adesões ao programa, permitindo a redução dos impactos ambientais gerados em decorrência de atividades realizadas por órgãos públicos, e ainda, respondendo às expectativas sociais.

Na prática, órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, aderentes ao programa A3P, podem desenvolver, monitorar e avaliar indicadores relacionados à cada um dos seis eixos temáticos (dimensões) estabelecidos nas diretrizes do programa. Tendo isso em vista, é preciso utilizar indicadores para medir tais ações nas instituições (LUIZ et al., 2015). Bellen (2006), destaca a importância de desenvolver e aplicar um sistema de indicadores ou ainda instrumentos de avaliação para mensurar a sustentabilidade, que enfatiza também a mensuração, como papel importante, pois contribui nas tomadas de decisão quanto as metas definidas e nas realizações de planejamento de futuras ações.

## **METODOLOGIA**

No presente estudo optou-se pela abordagem qualitativa (CRESWELL, 2009; PRODANOV; FREITAS, 2013). Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se, conforme recomendado por Gil (2008), como exploratório-descritiva e estudo de caso único. Na coleta de dados optou-se por realizar entrevistas com apoio de dois roteiros padronizados e coleta de documentos (relatórios e outros materiais) fornecidos pelos entrevistados.

Os dados obtidos a partir da aplicação dos roteiros de entrevista foram analisados no formato de lista de verificações (*checklist*) e a partir da análise de conteúdo conforme recomenda Vergara (2010).

Estudou-se o caso do TCE-MT, instituição sediada no município de Cuiabá, que contava à época (fevereiro de 2019) com 754 servidores (efetivos e comissionados). Compete ao TCE-MT acompanhar a correta aplicação dos recursos públicos para que as taxas e

impostos recolhidos retornem para a sociedade em serviços de qualidade como, saúde, educação, segurança, entre outros.

O TCE-MT assinou o Termo de Adesão nº 15 MMA/A3P/2010 por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, na data de 28 de julho de 2010, com a renovação do Termo de Adesão em 2016. Foi à primeira instituição estadual de controle externo a aderir ao programa, tendo como principal finalidade da aderência o desenvolvimento de projetos destinados à implantação da A3P, no âmbito da Instituição, com adesão do

É o que norteia todo nosso trabalho em relação a sustentabilidade, mas aqui nós aderimos, fizemos adesão a A3P, porque nós sentimos a necessidade em relação, aos nossos técnicos e auditores, eles vão ao jurisdicionados eles vão pelo estado todo, eles vão em todos os órgãos estaduais, então a gente quis começar o trabalho de maneira diferente, nós fizemos uma motivação e tentamos fazer isso parte da cultura deles, entendeu? Então, nós temos ações dentro da casa muito mais para propagar a esses servidores esse trabalho e eles poderem multiplicar, mas multiplicar na vivência do dia-dia, chegar no órgão e falar assim

Observou-se que no eixo 1, sobre o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, houve maior concordância nas respostas, evidenciando maior aderência, conforme apontado no Quadro 7.

O TCE possui ações com o intuito de economizar o consumo de papel, como as caixas para coletas de papéis e confecções de blocos para anotações. As caixas com a logo do TCE-SUSTENTÁVEL são colocadas em cada sala para recolhimento de papéis de impressão, com aproveitamento de uma das faces, produzindo-se blocos de anotações na Oficina de Reciclagem do TCE-MT e posteriormente distribuídos aos servidores. E1, relata que há portarias que determinam a impressão de documentos oficiais frente e verso.

No que se refere a energia, em 2015 houve a substituição cronológica de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED, em todo complexo da instituição, atendendo ao Programa de Eficiência Energética. O que é importante salientar os benefícios do uso desta lâmpada pois proporciona economias significativas nas contas de energia, além de ter maior durabilidade e redução nas trocas de lâmpadas e gastos com manutenções (SANTOS et al., 2015).

Foram instalados sensores de presença; trocas de condicionadores de ar, com a substituição dos de caixa, com selos do INMETRO de Eficiência Energética. E1 relata que em 2017 havia uma empresa terceirizada que prestava serviço de monitoramento online de energia, que inclusive estão vendo a possibilidade de contratação da mesma, ainda E1 afirma:

**Quadro 8 - *Checklist* adesão ao Eixo 2.**

**Eixo 2**

**Quadro 9**

anualmente, como redação, ou de algum sistema novo. E3 apontou ainda que os servidores/colaboradores podem até sugerir cursos de aperfeiçoamento que sentem necessidade. Isso vai ao encontro da percepção dos autores Franco *et al* (2017), os quais reforçam a ideia de que os incentivos a capacitações e aperfeiçoamentos, estimulam o desempenho do servidor, pois a formação tornam-no mais apto a desenvolver tarefas mais complexas.

No Eixo 5, sobre Licitações sustentáveis, houve falta de alinhamento entre os entrevistados em relação as suas respostas, o que evidencia um desconhecimento e uma deficiência no que tange a este eixo, conforme apontado no Quadro 11.

**Quadro 11 - Checklist adesão ao Eixo 5.**

**Eixo 5**

Programa A3P influenciou mudanças dentro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

No que se refere ao nível de adesão da Instituição em relação as ações sugeridas pelos eixos temáticos do Programa A3P, o Eixo 1, 2, 3 e 4 foram os que mais tiveram aderência, entretanto, os Eixos 5 e 6 são os que ainda possuem menor aderência e desconhecimento, evidenciando-se a necessidade de uma maior atenção e estudos acerca do assunto na instituição, tendo a A3P como parâmetro público de responsabilidade socioambiental.

Os principais resultados alcançados na instituição, por meio das ações efetuadas de acordo com a A3P, foram as reformas estruturais com as trocas de lâmpadas, ajustes na climatização, além das reformas com vistas à acessibilidade, o que é indispensável tanto para aqueles que trabalham no local, quanto para a comunidade externa que frequenta ou irá frequentar o TCE-MT. Além disso, a provação do regulamento que estabeleceu a impressão frente e verso, o qual proporciona economia e reforço neste propósito sustentável. E o impulsionamento de uma maior qualidade de vida no ambiente de trabalho para os servidores/colaboradores do TCE-MT, com a promoção de campanhas de vacinação, com consultas médicas e nutricionais, além das capacitações e cursos oferecidos a eles, entre outros.

Diante disso, vale ressaltar a importância do papel do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), devido a busca pela construção de uma nova cultura institucional nos órgãos e entidades públicos, além do incentivo à incorporação dos princípios socioambientais, mais ainda, a importância do papel de cada indivíduo nesta busca de melhoria contínua na gestão pública e na sociedade como um todo.

## **CONCLUSÃO**

Esse estudo apresentou resultados obtidos após a implementação do programa A3P no TCE-MT. Para tanto buscaram-se informações através da realização entrevistas e aplicação da lista de verificação

conscientização socioambiental dentro da administração pública e que servidores/colaboradores possam perceber a importância do papel deles dentro e fora da instituição. E dessa forma, que haja o surgimento de novos questionamentos e estudos nesse âmbito.

Destaca-se, ao final deste trabalho, que uma mudança efetiva corresponde a um novo padrão de comportamento estabilizado, tendo como princípio a modificação intencional de variáveis percebidos como inadequados, para um outro estado, passando por um período de transição que inclui ações como diagnósticos, levantamentos, estudos, entre outros. E aproveitar o suporte que a A3P proporciona nessas implementações positivas, tendo em vista melhor qualidade de vida socioambiental e melhorias no serviço público (BIO, 1987).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Ricardo; SCATENA , Lúcia Marina; LUZ, Mário Sérgio Da. **Environmental Perception and Public Policies**

COGO, Giselle Alves da Rocha; OLIVEIRA, Ivanir Luiz de; TESSER, Daniel Poletto Tesser. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3p)** - Um Instrumento a favor da Sustentabilidade na Administração Pública. In: XXXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Bento Gonçalves/RS, out. 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Izaclaudia Santana da; ANDRADE, Isabel Cristina Barreto; NOVAIS, Adelmice Vilela de Almeida; SOUZA, Kátia Viana de. **As Práxis da Sustentabilidade na Administração Pública**

de março de 2019.

LEÃO, José Farias de Melo; NEGRÃO, Glauco Nonose; NOBUKUNI, Paulo. Diagnóstico ambiental dos possíveis Impactos do novo cemitério em relação a Empresa Iberkraft Ind Papel e Celulose. **Revista Técnico-Científica do Crea**, PR. ISSN 2358-5420, 2017.

LUIZ, Lilian Campagnin; PFITSCHER, Elisete Dahmer; ROSA, Fabrícia Silva da. Plano de Gestão de Logística Sustentável: Proposição de Ações e Indicadores Socioambientais para Avaliar o Desempenho nos Órgãos Públicos Federais. **Revista Administração**

**of Agricultural and Environmental Medicine, vol. 25, p. 403**